

METODISMO E EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO DO TECIDO SOCIAL DO INTERIOR PAULISTA

*Vasni de Almeida**
vasni@terra.com.br

RESUMO: Os educadores metodistas, seguindo a rota das ferrovias que alargavam fronteiras no interior paulista, na primeira metade do século XX, organizaram escolas nas mesmas áreas de abrangência de suas igrejas. Este estudo indica os alunos que freqüentaram os diferentes cursos oferecidos nessas escolas, com a pretensão de informar sobre a participação dos evangélicos metodistas na configuração de camadas sociais que emergiram na sociedade urbana do interior de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: Metodismo, educação, sociedade, cultura e camadas populares.

A maioria das escolas protestantes brasileiras, durante a primeira metade do século XX, procurou oferecer aos seus alunos uma instrução condizente com os debates em torno da educação, como fator de modernidade. A modernidade, nesse caso, estava estreitamente relacionada ao processo de produção econômica, urbanização e ascensão social. Os liberais concebiam a educação escolar como uma possibilidade de construção da democracia republicana.

Há que se ressaltar que, nas primeiras décadas do século XX, muitos educadores e intelectuais se decepcionaram com a educação escolar implementada em vários estados brasileiros, em razão do continuísmo que ela representou em relação ao Império. Para os envolvidos com as reformas educacionais dessa época – como Anísio Teixeira (Bahia, 1925), Fernando de Azevedo (Distrito Federal, 1928), Lourenço Filho (Ceará, 1923), Francisco Campos (Minas Gerais, 1927), Sampaio Dória (São Paulo, 1920) e Carneiro Leão (Pernambuco, 1930) –, as elites regionais, na esteira dos interesses da economia agrária, não tinham a intenção de romper com o ensino literário, voltado para selecionar quadros para o mando político e

* Professor da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína.

econômico do país. Não havia, como ressaltava a maioria dos profissionais da educação, uma pressão das camadas médias e pobres para a implantação de um ensino sintonizado com as mudanças culturais que o país presenciava. Foi preciso que a educação escolar entrasse no debate político, como condição básica do progresso, para que se disseminasse na sociedade a idéia de que o atraso da nação em muito se devia à falta de instrução. A partir de então, as camadas médias e pobres da sociedade passaram a conceber o ensino escolar como real possibilidade de participação nos bens materiais e culturais produzidos.

Do protestantismo missionário originário dos Estados Unidos, visto como sinônimo de avanço científico e escolar, os liberais esperavam receber as intervenções necessárias para a formação de uma mentalidade educacional que expressasse o avanço econômico e urbano que o país experimentava. Na concepção dos liberais, na cultura religiosa protestante havia mais do que o projeto de construção de igrejas, uma vez que a sua experiência com a educação escolarizada tornava seu raio de ação mais abrangente. Ramalho (1976) lembra que a modernidade almejada pelos liberais encontrava eco na educação escolar protestante, em razão de sua preocupação com a eficiência, com o ensino voltado para a prática, para a responsabilidade pessoal e para o aperfeiçoamento das instituições. Esse autor indica que as idéias mais simpáticas aos liberais eram as de “evolução, de mudanças, de transformações, de modernizações, com elevação social dos indivíduos, dentro da ordem e da hierarquia”, o que significava uma modernidade e uma liberdade, segundo os conceitos próprios do pensamento liberal (RAMALHO, 1976, p. 150). A ideologia protestante de inovação social não assumiu no país, no entanto, “a forma de contestação à estrutura de poder vigente”, figurando ela no campo da moral e do controle de condutas (CAMARGO, 1973, p. 145).

Em certa medida, as escolas metodistas, presbiterianas, batistas e luteranas tiveram facilidades em compreender a pressão das camadas médias e de baixa renda por práticas escolares que correspondessem aos seus interesses no tecido social republicano. O ensino oferecido pelo protestantismo histórico brasileiro se justificava na expectativa criada de que era possível redimir a nação pela educação escolar, lema assumido pelos liberais.

Neste estudo, apontamos as camadas sociais das quais saíram a maioria dos matriculados dos diversos cursos implantados no Colégio de Ribeirão Preto, no Instituto Noroeste de Birigüi e no Instituto Americano de Lins, todos da Igreja Metodista, o que pode traduzir-se numa possibilidade de se

perceber em que medida seus apelos educacionais encontraram eco nas sociedades que abrangiam essas escolas. A opção por privilegiar as origens dos alunos, para dizer sobre a participação dos metodistas na constituição do tecido social do interior paulista, inscreve-se na “estratégia do desvio”, uma proposta de abordagem que, segundo Clarice Nunes, possibilita deslocar o objeto de estudo dos conceitos cristalizados que podem encobrir e sombrear compreensões (NUNES, 1992, p. 6). No que se refere à educação proporcionada pelos metodistas, o que é cristalizado são as explicações que apontam estar a modernidade pedagógica preconizada nos programas escolares que defendiam e na cultura religiosa de que eram portadores. Também, mas nem sempre. Em nosso caso, o desvio das matrizes explicativas construídas por sociólogos, pedagogos e teólogos do metodismo brasileiro pode sinalizar para uma modernidade escolar que se constituía na medida em que as escolas recebiam em suas salas de aula os alunos inseridos no processo de modernização, para além de programas, propostas e cultura religiosa. Assim, a modernidade educacional não se restringe ao que é oferecido pela escola. Antes, a instrução moderna pode ter sua origem nos interesses sociais da sociedade que incorpora esse saber.

O ingresso de alunos das camadas médias e populares incidia sobre as escolhas pedagógicas das escolas protestantes. As escolas metodistas, em particular, num movimento pendular, desenvolviam um ensino que demarcava a sua identidade religiosa, ao mesmo tempo em que procuravam corresponder às expectativas de trabalho e ascensão social dos que nelas procuravam a instrução.

OS MISSIONÁRIOS E SEUS COLÉGIOS

O Instituto Metodista de Ribeirão Preto foi organizado pela missionária Leonora Dixon Smith, em 5 setembro de 1899. Era filha de imigrantes norte-americanos estabelecidos em Santa Bárbara, interior do estado de São Paulo. Formada no Alabama College, Montgomery, EUA, foi professora do Colégio Piracicabano. A pedido de pastores de Ribeirão Preto e com a aquiescência do bispo responsável pela missão metodista brasileira, ela assumiu a responsabilidade da instauração da escola, tendo como recursos financeiros somente seu salário de missionária.

O Instituto Noroeste de Birigüi começou suas atividades na esteira do processo religioso. Foi fundado em 18 de fevereiro de 1918, sob a responsabilidade da Associação Metodista de Mulheres da Conferência Anual Central, da Missão Metodista no Brasil. Esse fato é significativo, pois,

enquanto a maioria das escolas ligadas a essa denominação nas regiões Sul e Sudeste foi organizada pelas sociedades femininas norte-americanas, como o Instituto Metodista de Ribeirão Preto, o Instituto de Birigüi foi implantado por uma associação formada e dirigida por brasileiras. Isso não significava que não recebesse orientações pedagógicas e religiosas da cultura escolar estadunidense, porém apontava um certo grau de autonomia das instituições metodistas brasileiras, com possibilidade de, no futuro, constituir um modelo de ensino inteiramente voltado à realidade nacional. Os esforços feitos para a fundação da escola, as origens dos recursos para a sua manutenção (para além das mensalidades) e a integração de setores sociais locais ao projeto educacional proposto são sinais de um ensino afinado com os interesses de uma sociedade que carregava as marcas das mudanças econômicas, políticas e religiosas do regime republicano instaurado.

O Instituto Americano de Lins foi fundado, em 11 de fevereiro de 1928, pelo missionário norte-americano Clemant Evans Hubbard, filho de um agricultor e comerciante de Rockmart, Geórgia, EUA. Quando adolescente, Hubbard trabalhou como empregado em fazendas vizinhas à de seus pais e como corretor de lotes de pequenas glebas de terras, com a intenção de custear seus estudos secundários, já que o pai se responsabilizava apenas pelos estudos primários. Depois de se formar em teologia, serviu como soldado na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), permanecendo na Europa para fazer curso de aperfeiçoamento em Cambridge, Inglaterra. Aproveitou, para isso, as bolsas oferecidas pelo governo inglês. Voltando aos Estados Unidos, passou a lecionar numa escola militar, sendo ordenado presbítero. Em 1920, recebeu da Junta de Missões da Igreja Metodista Episcopal, órgão responsável pela formação e acompanhamento de missionários que atuavam fora dos Estados Unidos, a autorização para viajar para o Brasil. Seu projeto inicial era o de abrir uma escola em Bauru (SP), a cidade de maior destaque econômico do noroeste paulista. Num período em que a direção da igreja, nos Estados Unidos, precavia-se diante de todas as iniciativas escolares da Missão Metodista brasileira, sua tentativa foi frustrada: passou a cuidar da Igreja Metodista de Birigüi, em substituição a Cyros Basset Dawsey, que se encontrava em viagem de férias. Ao ser transferido para Lins, no final de 1927, percebeu o potencial econômico e as facilidades de comunicação da cidade, um importante entreposto comercial servido pela Estrada de Ferro Noroeste. No início do ano seguinte, iniciou em sua própria casa uma classe de curso primário, com menos de dez alunos.

A MATRIZ EXPLICATIVA DA EDUCAÇÃO METODISTA COMO FATOR DE MUDANÇA CULTURAL

Para os sociólogos, pedagogos, cientistas da religião e teólogos próximos ao Conselho Geral das Instituições Metodistas de Ensino (Cogeime), a organização escolar metodista no Brasil, em muitos aspectos, desdobrou-se das propostas educacionais das mulheres da Sociedade Missionária para Mulheres Estrangeiras da Igreja Metodista Episcopal do Sul. Para esses estudiosos, as *boards* foram importantes na construção do ideário missionário feminino no Brasil. Nas escolas dirigidas pelas missionárias, a principal missão seria a de libertar a sociedade brasileira (principalmente a mulher) das “garras do analfabetismo e da superstição”.

Na concepção de hegemonia norte-americana de Mesquida (1994), os significativos valores financeiros concedidos pelas Juntas Missionárias dos Estados Unidos às escolas protestantes estavam vinculados ao transplante cultural e econômico envidado pelos estadunidenses.

As missionárias norte-americanas foram responsáveis pela abertura das seguintes escolas femininas: Colégio Piracicabano, Piracicaba (SP); Colégio Americano, Porto Alegre (RS); Colégio Isabela Hendrix, Belo Horizonte (MG); Colégio Bennett, Rio de Janeiro (RJ); Colégio Centenário, Santa Maria (RS). Essas escolas, que se sustentam até hoje, e mais outras de curta duração foram constituídas entre 1881 e 1922, período de forte presença de missionários norte-americanos no Brasil.

Mesquita destaca que as preocupações desses missionários educadores estavam voltadas para a formulação de uma prática pedagógica identificada com uma visão de mundo pautada pela cultura religiosa cristã e protestante. Observa que suas práticas não se restringiam à escola como instrumento de mentalidade, mas esperavam, por meio dela, aumentar as fileiras de convertidos ao metodismo. Ainda que um proselitismo agressivo não fizesse parte do ideário religioso wesleyano (o próprio John Wesley sempre defendeu o ecumenismo), os educadores metodistas no Brasil, pela necessidade de conquistar adeptos, não se indispuseram em ser um braço de uma religião que sempre se apresentou como minoritária no cenário religioso do país (MESQUITA, 1995, p. 105).

Paulo Ayres Mattos sustenta que os metodistas do período missionário tencionavam, através da educação escolar, modernizar a sociedade brasileira, implantando uma cultura religiosa protestante similar às das igrejas dos Estados Unidos. Além da necessidade de conquistar fiéis, os metodistas estavam imbuídos da determinação de que era preciso regenerar as práticas religiosas da nação através do processo educacional (MATTOS,

2000, p. 61). James Long Kennedy, missionário com vasta folha de serviços prestados à missão metodista no Brasil, defendeu o intercâmbio entre escola e Igreja. Justificava a integração entre educação escolar e prática religiosa como a possibilidade de uma mudança cultural por meio da mudança de conduta, o que em grande parte seria função do ensino escolarizado protestante (*Expositor Cristão*, 29 jan. 1903)). A crença generalizada entre os missionários atuantes no Brasil, na primeira metade do século XX, era a de que o ensino formal seria um fator de transformação social, o que identificava seus posicionamentos aos dos educadores republicanos que tratavam a escola como mecanismo de regeneração social. A diferença entre os posicionamentos é que no meio protestante a opinião reinante era a de que a mudança somente seria possível numa sociedade ancorada no cristianismo, principalmente naquele tido como ideal pelos norte-americanos.

No entendimento de Barreto César, a mudança de valores apregoada pelos missionários estava em sintonia com tendências pedagógicas liberais, o que pressupunha a incorporação da cultura protestante norte-americana pela população da região onde eram instaladas as escolas (ou pelo menos do seu corpo discente). O grande problema do modelo educacional propagado pelos missionários era o de afirmar e assumir como prática escolar os valores culturais norte-americanos, negando, na prática, as diferentes culturas presentes no país, o que acarretava grandes dificuldades em conviver com as culturas locais (BARRETO CÉSAR, 1997, p. 10).

Transformação cultural, proselitismo, religiosidade salvacionista são elementos que emergem da ação e do discurso educacional dos missionários que implantaram escolas no Brasil. Não havia um único projeto. Gouveia de Mendonça destaca que o fazer educacional se dava pelo menos em duas óticas distintas e, ao mesmo tempo, conjugadas: a evangelização direta, buscando a conversão, e a indireta, através da educação, priorizando a instrução das elites. O autor assim ressalta que uma

acreditava no aperfeiçoamento da sociedade através da conversão dos indivíduos e a conseqüente mudança de conduta social para melhor, e a outra, no aperfeiçoamento da sociedade por intermédio da formação de elites democráticas que exerciam papel corretivo e progressista segundo o modelo que as próprias missões traziam. (MENDONÇA, 1995, p. 154)

Manifesta-se, na consideração do autor, a educação metodista como parte de um projeto nacional para transformar o país através das elites dirigentes.

Sobre a questão da influência religiosa e cultural norte-americana, em um estudo em que procurou dimensionar o espaço de uma escola confessional no sistema capitalista de produção, Barreto César afirma que o metodismo brasileiro é uma religião de “transplante”, pois recebeu das igrejas norte-americanas a forma de culto, a teologia e a mística missionária. Mesmo os movimentos de autonomia do metodismo brasileiro em relação ao metodismo norte-americano, verificados na década de 1930, não alteraram o perfil deixado pelos missionários. Nas palavras de Barreto Cesar (1991, p. 16), “nos tornamos um grupo de estilo liberal, com mentalidade e o compromisso da classe média norte-americana, aquela que aspira ascensão na pirâmide social. Nossos elos históricos com a cultura nativa foram mínimos”.

Ao fazer a digressão nas pedagogias estabelecidas pelo Colégio Piracicabano, Malusá se aliou às demais conclusões de que a educação metodista implantada pelos missionários estava vinculada à idéia do transplante cultural. A autora reiterou que a filosofia educacional instituída na escola ocorreu sob o amparo dos valores liberais em voga nos Estados Unidos. Para a autora, a Igreja mantenedora da escola divulgava “os valores liberais da sociedade norte-americana, que, tendo a percepção de que a educação era um dos meios de persuasão intelectual, utilizou-a como instrumento privilegiado na sua obra internacional” (MALUSÁ, 1994, p. 10).

Em estudo de caso, tendo como objeto o Colégio Piracicabano, Mesquita se dispôs estudar a pedagogia, a estrutura e a confessionalidade trazida pelas missionárias. Elaborando uma retrospectiva da educação brasileira, da Colônia ao Império, a autora descreveu os contornos econômicos e filosóficos que propiciaram a implantação dessa modalidade de ensino confessional no país. O quadro montado por Mesquita remete aos significados do modelo educacional defendido e organizado pelos missionários e missionárias que estiveram à frente das escolas. Para ela, a catequese orientava-se por princípios cujo modelo era a filosofia liberal norte-americana: “democracia, liberdade individual, liberdade de expressão religiosa, livre exame da Bíblia, apologia ao trabalho, da honestidade e da eficiência” (MESQUITA, 1995, p. 176).

Os engajamentos sociais, políticos e pedagógicos dos educadores metodistas na região de Piracicaba foram percorridos também por Clóris Alessi. A autora destacou o liberalismo e a individualidade como elementos imprescindíveis nas práticas escolares estabelecidas. Para ela, as instituições de ensino “enfatazaram a liberdade, democracia, progresso, trabalho,

individualismo, na conquista de uma educação baseada, portanto, nos princípios do liberalismo presente nos melhores autores liberais da época, metodistas ou não”. Alessi conclui que a educação propiciada nas escolas metodistas do início do século XX limitou-se a seguir os princípios liberais da época, em nada inovando em relação aos enunciados da Escola Nova (ALESSI, 1993, p. 85-93).

Alessi afirma que a proposta do ensino desencadeada por esses evangélicos era o de construir uma civilização protestante, mais precisamente sob a égide do modelo cultural anglo-saxão, não com um propósito unicamente político, mas religioso e cristão.

Corroborando a visão dos autores citados, Novaes Neto reiterou o ensino confessional metodista como proposta de implantação de uma nova visão cultural. Estabelecendo os “fins e objetivos” do Instituto Granbery, o autor abordou seu ensino como sendo irradiador de uma “visão de mundo, uma perspectiva moderna de ensinar o aluno a pensar livremente, a construir um caráter bem formado e a reconhecer os reais valores da vida” (NOVAES NETO, 1997, p. 42). Na ótica do autor, havia na proposta pedagógica da escola muito do que os educadores escolanovistas buscavam para o ensino brasileiro nas reformas impetradas nas décadas de 1920 e 1930.

Em um trabalho em que procurou demonstrar a conformidade do ensino metodista brasileiro com a ideologia motivadora do movimento wesleyano (para além das conexões com a filosofia liberal norte-americana) e apontar os benefícios conquistados pelos educadores nas relações que travaram com os poderes constituídos, Boaventura destacou que a opção da maioria das escolas era a formação de uma elite dirigente, ainda que as escolas não estivessem fechadas aos menos favorecidos. Para o autor, as escolas instituídas não deveriam ser analisadas pela dicotomia rico e pobre, pois não se encontram vestígios documentais que apontem uma escolha desse tipo. As instituições de ensino estavam mais preocupadas em alavancar um aprendizado ancorado na individualidade, e essa escolha superava a opção por qualquer uma das camadas sociais. A individualidade requerida estava voltada à vocação para o trabalho e à busca de ascensão social. Boaventura reitera que as portas estavam abertas para além das questões de classe. As escolas visavam à formação daqueles que se dispusessem a disputar os espaços de poder na sociedade. Para esse historiador, os educadores metodistas da primeira metade do século XX não entendiam sua prática religiosa e escolar como individualista ou egoísta, mas acreditavam numa “reorganização social em um quadro mais adequado, onde todos possuíssem seu próprio espaço de ação, sem a preocupação de

serem necessariamente iguais” (BOAVENTURA, 1978, p. 109). Uma sociedade nesses moldes, na visão dos metodistas, só seria possível através do somatório de indivíduos religiosa e educacionalmente bem preparados.

OS ALUNOS: A PORTA PELA QUAL A MODERNIDADE ENTRAVA NAS ESCOLAS

A educação sobre a qual nos debruçamos foi concebida pela lente dos educadores e teólogos da Igreja Metodista como um meio de transplantar uma nova cultura – mais precisamente, a cultura norte-americana –, propagada como uma real possibilidade de modificar a vivência nas sociedades onde se instalavam igrejas e escolas. Essa mudança cultural se consubstanciou na missão educacional que os missionários e missionárias desenvolveram. São explicações importantes, mas não suficientes, na medida em que partem de uma concepção homogênea do que seria a formação de discentes modernos e detentores de uma nova mentalidade cultural.

Práticas transformadoras e modernas não significam, necessariamente, modernidade nos princípios religiosos ou na tradição religiosa metodista. A modernidade pode ocorrer por meio de pressões externas à escola, tais como a necessidade de novos empregos, de ascensão social, de qualificação de mão-de-obra, entre outros fatores. As demandas básicas da sociedade abrangente, bem como as dos familiares que buscavam instrução nas escolas metodistas, funcionavam como a porta pela qual a mudança cultural ingressava na instrução oferecida. Enfocar as origens sociais dos alunos se traduz numa possibilidade de fazer o caminho inverso do seguido pelos estudiosos do Cogime: a mudança cultural (logo a modernidade) pode não sair pelas portas da escola, mas entrar por elas. A pergunta que pode sinalizar uma nova abordagem para um tema aparentemente já esclarecido é: quem entrou pelas portas dos colégios metodistas no interior paulista?

ENSINO PRIMÁRIO

Interessava-nos verificar os que se apropriaram dos saberes propostos por esses protestantes, razão pela qual garimpamos os Livros de Matrículas das três escolas. Esse *corpus* documental permitiu visualizar o que as interpretações de propostas pedagógicas deixam esmaecidas e revelou ainda a participação de um público pouco estudado pela historiografia da educação protestante brasileira.

Em 320 declarações de profissões, rastreadas nas matrículas do curso primário do Instituto Metodista de Ribeirão Preto, 65 se declararam filhos de empregados urbanos, 40 de prestadores de serviços, 44 de comerciantes, 37 de funcionários públicos, 35 de comerciários, 28 de representantes comerciais, 20 de profissionais liberais, 14 de professores e 12 de proprietários rurais. Outros 20 se declararam filhos de clérigos, industriais, trabalhadores rurais e de estudantes. Essas atividades apontam para o predomínio das camadas médias urbanas. Há que se ressaltar que 277 informaram residir no centro da cidade e 43 nas regiões periféricas (Livro de Matrículas dos Cursos Jardim de Infância e Primário, 1943-1950).

Na profissão “empregados urbanos” aparecem empregadas domésticas, porteiros, motoristas, operários de indústrias, auxiliares de serviços, cozinheiros e camareiros. Entre os “prestadores” de serviços figuravam músicos, alfaiates, carpinteiros, serralheiros, radialistas, pedreiros, eletricitas, sapateiros e encanadores. Os “profissionais liberais” eram compostos por dentistas, médicos, farmacêuticos, advogados, contadores e corretores. Os assalariados urbanos eram os maiores usuários do ensino oferecido – uma tendência que marca os percursos do ensino metodista em cidades que se desenvolveram na esteira da cafeicultura e do comércio dela decorrente. Já os assalariados, juntamente com os profissionais liberais, formavam uma clientela estudantil pertencente às camadas médias e de baixa renda da sociedade, não mais das elites, como apontavam as origens dos discentes das escolas metodistas no século XIX. Por outro lado, apesar de os cursos serem gratuitos durante alguns anos, não significava que eram freqüentados pelos mais pobres. Para esses, a escola oferecia atividades extracurriculares, ou, quando muito, os cursos de alfabetização.

Quanto às religiões professadas pelos pais, a amostragem indica que os metodistas e outros protestantes se faziam representar de forma significativa. Porém os católicos, os espíritas, os adventistas e os judeus formavam um bloco com maior presença. A diversidade religiosa fica explícita quando 139 pais se declararam católicos, 41 metodistas, 71 de protestantes das demais denominações, 17 espíritas e adventistas. Significativa também é a presença de 40 pais que não indicaram filiação religiosa, dando a entender que não freqüentavam culto algum (Livro de Matrículas dos Cursos Jardim da Infância e Primário, 1943-1946).

Os 347 pais que declararam a profissão, ao matricular seus filhos no Curso Primário do Instituto Noroeste de Birigüi, de 1925 a 1931, permitem uma amostragem das camadas sociais que acreditaram na instrução básica

oferecida. Desses, 97 eram lavradores, 89 comerciantes, 26 comerciantes, 19 operários, 19 industriais, 11 funcionários públicos, 8 farmacêuticos e 7 carroceiros. A relação incluiu, ainda, dentistas, mecânicos, lavadeiras, alfaiates, barbeiros, clérigos, hoteleiros, açougueiros, guarda-livros, professores, médicos, escrivãos, ourives, ferroviários, engenheiros, sapateiros, modistas, advogados, pedreiros, coletores, pintores, motoristas e carpinteiros (Livro de Matrícula do Curso Primário, 1925-1931).

Entre os comerciantes encontravam-se alguns proprietários de grandes casas comerciais, mas não era comum existirem muitas delas em Birigüi, já que estamos nos reportando a um período em que a cidade ainda não completara vinte anos. A maioria deles possuía pequenos comércios de cereais, hortaliças, armarinhos, ferramentas, roupas, tecidos, bares e demais lojas de produtos de primeira necessidade. Na categoria de “lavradores” estavam todos os que lidavam, de uma forma ou de outra, com a agricultura. Havia alguns grandes proprietários rurais e alguns colonos, mas a grande maioria era composta de pequenos agricultores, quase sempre imigrantes italianos, espanhóis e japoneses. Não havia uma definição objetiva do termo ao declarar a profissão no ato da matrícula, porém a formação da malha rural de Birigüi permite sinalizar que eram os pequenos agricultores que matriculavam seus filhos na escola metodista. O retalhamento de terras levado a cabo pela Companhia de Terras e Colonização, liderada por Robert Clark, permitiu que o município contasse, em 1934, com cerca de 4.200 pequenas propriedades (Jornal *O Biriguyense*, 12 ago. 1934). Não eram pobres a ponto de não poderem pagar as mensalidades cobradas pela escola, mas não eram ricos o suficiente para enviarem seus filhos para estudar nas renomadas escolas da capital paulista.

Nas profissões “industriais” aparecem os proprietários de máquinas de torrefação de café, de beneficiamento de arroz e descaroçamento de algodão. Quanto aos “negociantes”, tratava-se de corretores de terras e de representantes de comissários do porto de Santos, à procura de produtos agrícolas para serem exportados, havendo ainda os que negociavam casas e animais. Comerciantes e negociantes de terras e de cereais, prestadores de serviços e artesãos enviavam seus filhos para serem educados dentro dos princípios educacionais metodistas. O setor produtivo estava disposto a dar credibilidade ao ensino confessional oferecido e esperava que os metodistas oferecessem novas possibilidades de educação e de estímulo às inovações técnicas e científicas que então se processavam.

Quanto ao curso primário do Instituto Americano de Lins, as profissões declaradas em 260 matrículas, em 1934, indicam a presença de 90

comerciantes, 40 lavradores, 25 negociantes, 10 funcionários públicos, 9 guarda-livros, 6 farmacêuticos, 6 alfaiates, 5 construtores, 5 carpinteiros e 5 médicos. Entre as profissões com menos de cinco representantes encontramos maquinistas, joalheiros, engenheiros, mecânicos, bancários, clérigos, ferroviários, dentistas, padeiros, barbeiros, costureiras, jornalistas, hoteleiros, eletricitas, carregadores, hortelãos, professores, tabeliões, pedreiros, escrivãos, administradores, sapateiros, motoristas, doceiros, leiteiros, relojoeiros, fotógrafo, contador, advogado e garrafeira (Livro de Matrículas do Curso Primário, 1934).

A escola primária de Lins segue a tendência da escola de Birigüi: os comerciantes aparecem como os que mais buscam a instrução básica para os filhos. Formam um grupo que sobrevivia de pequenos comércios, como bares, quitandas, papelarias, lojas de confecções e armarinhos etc. Não representavam somente o comércio de Lins, mas de várias cidades do noroeste paulista e de outras regiões do país, como apontam as declarações das cidades de origem. A semelhança com a escola de Birigüi se estende também para os lavradores, formando essa categoria os pequenos proprietários, rendeiros, colonos e diaristas das fazendas, sempre lembrando que eram poucos os trabalhadores assalariados que matriculavam seus filhos, pois a mensalidade era um fator de impedimento à instrução oferecida. Dentre os que se declararam lavradores, muitos eram imigrantes espanhóis, japoneses, portugueses e italianos, atraídos para a região pelas chances oferecidas pela cafeicultura, principalmente no município de Lins. Profissionais liberais, artesãos e empregados de estabelecimentos diversos completavam a relação dos interessados que buscavam instrução. A amostragem revela serem os matriculados do curso primário, um dos poucos da região, filhos de uma camada média que buscava demarcar sua posição por meio do saber escolar, uma idéia difundida pelos pedagogos republicanos como capaz de alterar o perfil da educação brasileira.

O curso primário diurno era freqüentado pela camada social média, com tendência a atrair os filhos de comerciantes, profissionais liberais e assalariados urbanos. Eram esses trabalhadores integrados ao ideário republicano da construção da nação por meio da educação, que entendiam que ela deveria estar voltada para o preparo de indivíduos capazes de assumir posições com a devida qualificação. Formavam uma parcela da sociedade com condições de assumir altos custos com a educação dos filhos, proporcionando a eles todos os recursos e tempo para o estudo. A escola metodista de Lins sabia dos interesses que moviam esses grupos e por causa deles não tinham dificuldades em remodelar suas propostas pedagógicas.

Clement Hubbard e seus professores se depararam com a cultura escolar de uma região que há poucos anos iniciara seu desenvolvimento econômico. Houve necessidade de um estreitamento de relações entre esse missionário educador e os comerciantes e profissionais liberais da cidade, para superar as dificuldades iniciais. Se havia precariedade na escola metodista, havia problemas ainda maiores nas escolas públicas. O ensino público era incapaz de suprir a demanda por educação, da parte das camadas sociais urbanas da região noroeste. A ocupação do noroeste paulista, realizada em sua maioria por pequenos agricultores, por pequenos investidores à procura de bons negócios, por profissionais liberais em busca de trabalho, por grandes proprietários rurais e por trabalhadores braçais, oferecia campo para a instalação de escolas, desde que as mensalidades estivessem à altura de sua incipiente economia. Com as camadas médias e assalariadas, cada vez mais interessadas por instrução, e com a deficiência apresentada pelo ensino público à época, houve a possibilidade da projeção do ensino primário, com as famílias dos comerciantes locais (principalmente) atendendo aos seus reclamos.

Mas a educação escolar primária não deveria se restringir às camadas médias e assalariadas urbanas, sabendo-se que na área rural vivia grande parcela da população do município. Os pequenos agricultores não tinham o mesmo tempo disponível para a educação dos filhos, tampouco sua cultura concebia a educação como condição básica para a continuidade dos trabalhos diários na lavoura. É provável que a preocupação em educar jovens que precisavam de auxiliar os pais nos trabalhos da lavoura e nas demais atividades urbanas tenha levado à criação do curso primário noturno, em 1947. As datas de nascimento dos alunos indicam que a maioria contava com mais de 13 anos, sinalizando as dificuldades que eles encontravam em receber o ensino formal primário, segundo as idades compatíveis. As dificuldades poderiam advir tanto das distâncias entre escola e local de trabalho quanto da necessidade do trabalho da criança no núcleo familiar. Impressiona, na leitura das matrículas efetuadas, a grande quantidade de declarações de óbito do pai, indicando que, ao falecer o pai, a mãe se sentia na obrigação de oferecer aos filhos novas oportunidades de trabalho, sendo o primeiro passo nesse sentido a sua educação primária. As profissões declaradas pelos responsáveis pelos alunos matriculados, naquele ano, revelam que prevaleciam as atividades na área rural e as profissões assalariadas urbanas. Em 162 matrículas encontramos 69 lavradores, 15 comerciantes, 9 ferroviários, 8 pedreiros, 6 carpinteiros, 5 serventes de pedreiros e 5 maquinistas. Entre as profissões com menos de 5 representantes, encon-

tramos negociantes, mecânicos, carroceiros, comerciários, operários, cozinheiros, corretores, ficiais, oleiros, funcionários públicos, açougueiros, vigilantes, marceneiros, barbeiros, motoristas, sapateiros, pintores, bancários, eletricitas, jornaleiros, administradores, folheiro e horteleiro (Livro de Matrícula do Curso Primário Noturno do Instituto Americano de Lins, 1947).

O SECUNDÁRIO

Foram as camadas médias as que mais investiram no ensino secundário metodista como possibilidade de mudança social. Mas isso não ocorria tão-somente nesse ensino confessional. Entre 1930 e 1945, muitas escolas secundárias paulistas, públicas ou privadas, vivenciaram um ritmo considerável de expansão. O robusto desenvolvimento dos setores intermediários “teria sido um elemento a pressionar” a escola secundária de formação geral, nela residindo “um dos poucos canais de ascensão social”. Ainda que o foco fosse a constituição de um ensino desinteressado, voltado para a formação universal, “não havia clima para se deixar de pensar no secundário, principalmente, como mecanismo de ascensão social” (NAGLE, 2001, p. 199-207).

Fernando de Azevedo destaca que, ao contrário do que ocorria em épocas anteriores, o ensino secundário deixou de ser privilégio de “uma pequena fração da população de adolescentes, recrutada geralmente da burguesia” tornando-se, pela sua extraordinária extensão, senão um “ensino para o povo”, ao menos “um ensino de caráter mais democrático” (AZEVEDO, 1976, p. 192).

O ensino metodista, permeado pelo pragmatismo do escolanovismo norte-americano, inclinou-se a estender o ensino secundário para além das camadas mais altas do interior paulista e para além da perpetuação de uma cultura escolar tradicional calcada no lastro social. As origens de seus alunos apontam para as camadas intermediárias como consumidoras de seus serviços e de suas culturas.

Entre 1940 e 1950, Ribeirão Preto despontava como um importante centro econômico do Estado de São Paulo. A classe média, em plena expansão, passou a requerer empregos no funcionalismo público, no comércio e na área de prestação de serviços. No entanto, muitos não se contentavam com o ensino oferecido pelo poder público. Outros, mesmo que conformados com o ensino oficial, não encontravam vagas. Tanto um grupo como o outro procuravam as escolas particulares, principalmente as confessionais, para que essas se encarregassem da escolarização de seus filhos, principal-

mente aquelas que tinham os seus nomes ligados às igrejas tradicionais, com larga experiência educacional. As camadas médias, ansiosas por um saber que lhes possibilitasse também o poder social, demonstraram depositar confiança na educação escolar metodista. O levantamento realizado nos prontuários de 204 alunos do curso ginásial, de 1950 a 1959, aponta as ocupações profissionais dos responsáveis pelos alunos. Estavam matriculados 68 filhos de proprietários (de estabelecimentos rurais, comerciais e industriais), 19 filhos de funcionários públicos, 24 filhos de trabalhadores autônomos, 65 filhos de prestadores de serviços e 28 filhos de trabalhadores assalariados (Livros de Matrículas do Curso Ginásial, 1950-1959).

No grupo dos proprietários, encontrava-se uma parcela razoável de educandos pertencentes às famílias que se envolviam com o comércio da cidade, aparecendo nessa categoria proprietários de armazéns de secos e molhados, lojas de confecções, casa de carnes, armarinhos, restaurantes e bares. Entre esses negociantes, destacavam-se aqueles que haviam estudado no colégio em décadas anteriores. Ao enviarem seus filhos à escola metodista, esperavam que eles recebessem os mesmos ensinamentos a que tiveram acesso. Proprietários rurais de municípios como Jardinópolis, Franca, Bataiais, Sertãozinho, Pirassununga e Cravinhos também deixavam os jovens em regime de internato, sob os cuidados dos educadores metodistas, a exemplo do que faziam os grandes cafeicultores com suas filhas nas escolas confessionais católicas. Industriais das áreas de ferragens, implementos agrícolas e laticínios optaram, da mesma forma, por educar seus filhos no Colégio Metodista de Ribeirão Preto, tal como fizeram os empresários liberais do final do século XIX, enviando seus filhos para estudar em escolas protestantes em cidades como Campinas e Piracicaba.

Somam-se aos proprietários os autônomos de diversas categorias, como os corretores e os representantes comerciais. Os funcionários públicos aparecem também com destaque no quadro. Entre esses trabalhadores, encontramos diretores de escola, policiais civis, bombeiros e inspetores de alunos. Consideramos que procuravam no ensino confessional metodista, até então demonstrando consistência pedagógica, a garantia de que seus filhos teriam a mesma oportunidade de emprego.

Entre os prestadores de serviços havia médicos, contadores, alfaiates, professores, tintureiros, cabeleireiros. Entendemos que esse grupo de trabalhadores era o que mais depositava confiança na educação proposta e demonstrava esse crédito ao deixarem seus filhos na escola, do jardim da infância ao curso ginásial.

Finalmente encontramos um reduzido número de assalariados como mecânicos, eletricitas, comerciários, bancários, trabalhadores rurais, motoristas, industriários, que mantinham, mesmo no limite de seus recursos financeiros, as crianças numa escola particular, numa clara busca de oportunidades de ascensão social.

A mesma predominância ocorreu no Instituto Americano de Lins. Numa região atraente para pequenos investidores urbanos e para pequenos agricultores, foram os comerciantes e lavradores que mais se interessaram pelo ensino secundário oferecido. É o que se depreende das profissões declaradas pelos responsáveis, no ato das matrículas, nas primeiras séries do curso ginasial, de 1932 a 1937. Dentre 292 matriculados, aparecem 99 comerciantes, 95 lavradores, 14 negociantes, 10 médicos, 8 contadores, 8 farmacêuticos, 6 funcionários públicos, 6 ferroviários, 5 auxiliares domésticos e 5 dentistas. O restante do grupo de matriculados era composto de jornalistas, corretores, industriais, alfaiates, tabelião, professores, coletores, clérigos, engenheiros, advogados, mecânicos, fotógrafo, carpinteiro e guarda-livros (Livro de Matrículas do Curso Ginasial, 1932-1937).

A grande quantidade de comerciantes e lavradores que matricularam seus filhos no curso se deve à atração que a cafeicultura e seus desdobramentos comerciais e industriais exerciam no noroeste paulista, mais especificamente em Lins. A cidade, cercada pela lavoura cafeeira, permitia a circulação de mercadorias e pessoas na região, o que pressupõe circulação de conhecimento, um bem cada vez mais requisitado em cidades que se formavam nas fronteiras do interior paulista. Profissionais de diferentes matizes se deslocavam em busca de novas oportunidades de emprego e a educação acompanhava e se preparava para corresponder às expectativas de conseguir consolidar as posições sociais assumidas por meio da absorção do saber.

O café era plantado nas grandes e médias propriedades, havendo necessidade de grande mão-de-obra. Levas de imigrantes chegaram à região, muitos deles adquirindo pequenas propriedades para o cultivo de cereais diversos, ao mesmo tempo em que eram contratados para o cuidado e colheita do café (ERCILA & PINHEIRO, 1928, p. 351-371). Muitos se dirigiam às cidades para tentar a sorte num pequeno comércio, como bares, farmácias, alfaiatarias, sapatarias, padarias, entre outros. Essa camada identificava o sucesso do trabalho na educação escolar (ANTUNES, 1962, p. 33-41). O curso ginasial se apresentava como oportunidade de mobilidade social. A mesma tendência se verificou no curso colegial.

O ensino profissional secundário metodista, absorvido por diferentes camadas sociais do interior paulista, com predominância dos comerciantes e assalariados urbanos, foi implantado num período e num clima dominado pela expectativa da educação como fator de mudanças que poderiam afetar a organização social brasileira. Para Azevedo, fatores externos, como a Primeira Guerra Mundial e as reformulações políticas e sociais estabelecidas em decorrência dela, tiveram mais impacto na educação brasileira do que a própria mudança de regime, ocorrida há mais de vinte anos. A remodelação econômica e política do pós-guerra, as reformas educacionais verificadas nos países europeus e a intensificação da participação brasileira no mercado internacional foram significativas para a mudança do perfil da instrução escolar. “A intensidade de trocas econômicas e culturais, o desenvolvimento na imigração de povos de origens diversas e o crescimento das aglomerações urbanas” fermentariam novas idéias educacionais (AZEVEDO, 1976, p. 152).

A Revolução de 1930 coroaria as mudanças que se processavam na área educacional, acelerando “a consecução de nova cultura por meio da intensificação da mobilidade social ou, por outras palavras, a migração de pessoas, como de idéias e de traços culturais, de um grupo ou de uma classe social para outra”. Ela traria, “entre outras conseqüências, uma rápida mudança social, a desintegração dos costumes tradicionais do velho padrão cultural e maior complexidade nas relações sociais” (AZEVEDO, 1976, p. 152). As transformações políticas e educacionais intensificariam, enfim, as trocas econômicas e culturais, que, por sua vez, possibilitariam novas políticas na área educacional, com as escolas se ajustando aos reclamos da sociedade.

Na década de 1940, as escolas metodistas passaram a utilizar os instrumentos educacionais disponíveis para atender às camadas sociais que viam na educação profissional um canal de participação nos intercâmbios culturais e econômicos em andamento. Com atenção redobrada nos postos de trabalhos gerados pelo comércio urbano e pela agricultura, a escola metodista de Birigüi abriu suas portas para receber alunos nos cursos profissionais.

Foi na esteira da proliferação de profissões ligadas ao comércio urbano e gerenciamento de indústrias e fábricas de produtos alimentícios, acentuada na década de 1940, que a escola se dispôs a receber um público que mostrava urgência em se capacitar para as novas habilidades comerciais e industriais. Queria receber em suas salas as camadas médias e de baixa renda que poderiam pagar por estudos que permitissem a atuação em profissões fora

do círculo dos serviços braçais na agricultura, nas fábricas e no comércio. As 203 declarações de profissões efetuadas nas matrículas no Curso de Técnico em Contabilidade do Instituto Noroeste de Birigüi sinalizam o público para o qual se concentraram os investimentos nessa área de formação. Foram 99 os que declararam ser filhos de lavradores, 39 de comerciantes, 12 de motoristas, 7 de comerciários, 6 de empregadas domésticas, 5 de farmacêuticos e 5 de mecânicos. Os demais se declararam filhos de dentistas, industriais, operários, lustradores, marceneiros, militares, alfaiates, funcionários públicos, pintores, construtores, corretores, contadores, guardalivros e corretores (Fichas de Matrículas de Alunos do Curso Técnico em Contabilidade, 1957-1959).

Percebe-se que houve um arrefecimento da presença dos filhos dos comerciantes. Isso se explica pelas possibilidades de os comerciantes enviarem os filhos aos cursos superiores que se iniciavam na região. O mesmo não acontecia com os lavradores. A quantidade de trabalhadores do campo (pequenos agricultores, colonos e diaristas) que procuravam o curso dá uma idéia da busca de mudança de profissão então operada.

Os motivos que podem ter levado os lavradores a matricular os filhos nesse curso profissional secundário residem nas crises que se abateram sobre a pequena agricultura na década de 1950, no incentivo à mecanização da lavoura e na esperança do ingresso dos mais jovens em profissões urbanas que exigiam mais qualificação, sem enfrentar as mesmas dificuldades pelas quais passaram os pais que exerciam profissões bem menos rendosas, como as de motoristas, domésticas e mecânicos. A possibilidade de um curso profissional secundário, com mensalidades ao alcance da renda familiar, apresentava-se como uma alternativa de trabalho para o futuro.

Da mesma forma que os cursos da área contábil, o Curso de Dactilografia da escola de Birigüi era compreendido como espaço de capacitação profissional, importante para o período, por motivos que se estendiam desde a necessidade de anotações de entradas e saídas de mercadorias no comércio e indústria aos serviços de controle de clientes nos escritórios de prestação de serviços. Nas informações recolhidas nas fichas de matrículas dos 157 alunos que declararam os ramos de atividades e profissões de seus pais e responsáveis, detectamos as seguintes profissões: 43 comerciantes, 30 lavradores, 14 operários, 9 fazendeiros, 7 motoristas, 7 industriais, 5 barbeiros e 5 funcionários públicos. Carpinteiros, tintureiros, pedreiros, caixeiros, militares, comerciários, marceneiros, ferroviários, mecânicos, corretores, escriturários, alfaiates, negociantes, dentistas, padeiros, bancários,

farmacêuticos, eletricitas, construtores, médicos e radialistas completam a relação de profissões declaradas (Livros de Matrículas do Curso de Datilografia, 1955-1957).

Os trabalhadores urbanos demonstravam preocupação em preparar os filhos, fazendo-os adquirir habilidades com as novas tecnologias. Na mesma medida, os agricultores passaram a ter essa preocupação, fosse para utilizar a máquina de escrever para trabalhos básicos, como anotar o estoque e emitir recibos, fosse para dar aos filhos outras possibilidades de emprego. Num município em que a pequena propriedade e o pequeno comércio ditavam a cadência da economia, o ensino metodista procurava ouvir os apelos dos pais que requisitavam o preparo dos filhos com vistas às futuras profissões.

O Curso de Corte e Costura seguia a tendência de atrair os filhos de lavradores e comerciantes. Em 60 declarações de profissões, 23 aparecem como filhos de lavradores, 10 de comerciantes, 5 de fazendeiros. Com menos de 5 declarações vieram os negociantes, balaieiros, farmacêuticos, mecânicos, motoristas, mascates, operários, pedreiros, barbeiros, granjeiros, carpinteiros e funcionários públicos (Livros de Matrículas do Curso de Corte e Costura, 1951-1953).

O curso tinha por objetivo alcançar as mulheres, de preferência aquelas que desejavam fazer do manejo da tesoura no tecido uma fonte de renda, ou mesmo diminuir as despesas familiares com a compra de roupas. Daí a grande quantidade de pais com renda não muito alta, somando-se os lavradores aos demais profissionais da cidade, que sustentavam alunas na escola.

Nos três cursos profissionais ligados ao comércio, no Instituto Americano de Lins, os agricultores e comerciantes eram os que mais correspondiam aos apelos educacionais metodistas, não se excluindo os demais trabalhadores urbanos. Eram cursos voltados, de forma significativa, para as camadas de baixa renda à procura de melhores empregos ou de aumento de ganhos salariais. Isso é o que se depreende das idades declaradas pelos alunos no momento das matrículas, variando elas de 25 a 40 anos, um indicativo de que eram alunos que trabalhavam nas lavouras de café, nas indústrias de torrefação e beneficiamento de cereais, bem como em casas comerciais da área urbana (Livro de Matrículas Gerais da Academia Superior de Comércio, 1932).

O ENSINO NORMAL

Nos anos de 1940 e subseqüentes, a profissão de educador passou a ser compreendida como uma forte motivação para o estudo, uma real

possibilidade de constituição de renda familiar e de sobrevivência. Para lidar com novos processos de ensino que invadiram o campo educacional brasileiro, começa a ganhar consistência a função do docente – em sua maioria, mulheres –, como especialista, ou profissional da educação (LOURO, 2001, p. 472).

A Escola Normal Livre do Instituto Noroeste de Birigüi, fundada em 1944, seria a expressão da percepção que os metodistas tiveram sobre o ofício de professor. Seria também expressão da influência dessas camadas nos rumos traçados pelas escolas. As origens sociais sinalizam para a presença metodista na formação do tecido social da cidade, por meio da educação escolar. Em 235 declarações de profissões de pais de alunos que ingressaram nesse curso apareceram 94 comerciantes, 57 lavradores, 17 funcionários públicos, 11 industriais e 6 corretores. Nas 50 profissões restantes se encontravam os que exerciam profissões de carroceiros, carpinteiros, caixeiros, guarda-livros, ourives, oleiros, ferreiros, farmacêuticos, motoristas, mecânicos, tintureiros, dentistas, massagistas, comerciários, barbeiros, padeiros, desenhistas, jardineiros, entre outros (Livro de Matrículas do Curso Normal Livre, 1953-1954).

Os comerciantes, seguindo a tendência verificada em outros cursos, eram os que mais buscavam a formação dos filhos na carreira docente, principalmente para as mulheres. Do mesmo modo, os lavradores, reiterando sempre serem esses pequenos agricultores, continuavam a prestigiar a formação oferecida. Muitos desses agricultores desejavam às filhas muito mais que a dura vida no campo. Sendo assim, a profissão de professora poderia ser a garantia de um futuro promissor, não dependendo elas tão somente do casamento, como era costume geral. A amostragem revela ainda o aumento de funcionários públicos a buscarem formação profissional para os filhos e filhas. Muitos tinham frequentado cursos secundários e desejavam para os filhos igual formação, residindo na docência a esperança de uma promissora profissão. Completando o quadro, profissionais liberais, empregados de indústrias e comércio, trabalhadores braçais e artesãos aparecem em boa quantidade nas declarações de profissões. Formavam os contingentes médio e baixo da sociedade que visualizam na carreira de professor as possibilidades de vida melhor para os filhos. Os grandes fazendeiros e industriais aparecem em menor quantidade, mas ainda se fazem representar de forma expressiva. As camadas médias e de baixa renda, compostas de comerciantes e profissionais urbanos, ao contrário, eram as que mais desejavam ver os filhos empregados nos vários grupos escolares

implantados no município, mesmo nas escolas de jardim de infância mantidas pelo poder público. Muitas das professoras que lecionaram em escolas públicas e particulares de Birigüi e região passaram pelo Instituto Noroeste, que dessa forma confirmava sua representatividade por meio de uma densa participação no tecido social local.

Em 1944, foi criada a Escola Normal Livre do Instituto Americano de Lins, também com presença marcante das mulheres. A escola assumia definitivamente o preparo das futuras profissionais do ensino do interior paulista. Nas listagens de matrículas do curso, verifica-se uma reduzida frequência das camadas de baixa renda, principalmente dos pequenos agricultores e dos assalariados urbanos, o que o diferenciava em relação aos cursos comerciais. Dentre as 67 profissões indicadas pelos pais dos normalistas, detectamos 21 comerciantes, 9 fazendeiros, 5 lavradores e 5 negociantes. As demais profissões se dividiram entre engenheiros, guardalivros, funcionários públicos, alfaiates, marceneiros, administradores de fazenda, médicos, escriturários, industriais, contadores, comerciários, ferroviários, bancários e carpinteiros (Livro de Matrículas da Escola Normal Livre, 1944-1950).

A pequena quantidade de profissões declaradas se deve a dois motivos: primeiro, a Escola Normal do Instituto Americano de Lins não era a única da cidade e nem da região, o que fazia a quantidade de matriculados ser menor do que a verificada em outros cursos; segundo, nem todos os pais que matricularam filhos nesse curso declararam suas profissões, sendo muitas as lacunas quanto ao quesito “profissão dos pais”. Percebe-se que não era grande a participação dos lavradores, ou seja, dos pequenos agricultores. Em compensação, era grande a quantidade de proprietários rurais a enviar as filhas para serem instruídas. Os negociantes, categoria profissional que vivia do comércio de terras e das transações de colheitas de café e cereais, também aumentaram sua participação na escola. Os comerciantes mantiveram sua média de matrículas.

Por outro lado, os trabalhadores assalariados diminuíram, tal qual os lavradores, sua presença no quadro de matrículas. Os agricultores de renda mais alta e os comerciantes mais bem postados na pirâmide social do município visualizavam na profissão docente a lapidação dos gestos e uma forma de possibilitar às filhas participação em atividades fora do âmbito doméstico. Os assalariados e os pequenos agricultores procuravam uma formação mais ligada ao processo de expansão comercial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino escolar metodista foi compreendido como uma possibilidade de intensificar a instauração do regime republicano, tido pelos missionários como o ideal de sistema político. Os missionários e educadores depositaram nesse sistema a certeza da transformação individual do aluno e, conseqüentemente, da sociedade. Ensinar era um instrumento a despertar vocações, independentemente das origens sociais dos envolvidos, com as opções variando de acordo com as conjunturas regionais.

Os diversos cursos oferecidos pelas escolas de Ribeirão Preto, Birigüi e Lins, bem como o público que deles participou, indicam o quanto as camadas médias emergentes e as de baixa renda atenderam ao apelo escolar metodista. Os que adentraram por seus recintos escolares assim o fizeram motivados por um movimento cultural, político e educacional que incidia sobre as práticas escolares desencadeadas. A proposta escolar metodista foi experimentada por parcelas da sociedade que buscavam se situar com mais desenvoltura no tecido social, com densos sinais de mudanças. Os alunos e seus familiares levaram para dentro das escolas as expectativas das sociedades que as circundavam. Fizeram parte dessa educação tanto os alunos quanto os que por eles eram responsáveis.

As famílias de rendas mais altas procuravam centrar esforços para preparar os filhos para o ensino superior, na medida em que o poder público passava a focalizar nessa modalidade de ensino a possibilidade de formação das elites do país. Os cursos de formação profissional se apresentaram como uma das poucas chances de melhoria nas condições de vida das camadas médias e de baixa renda. Os responsáveis pelo ensino metodista em Ribeirão Preto, Birigüi e Lins perceberam as exigências de seus discentes e familiares, adequando estruturas e suas propostas de ensino, para atender às camadas sociais que vivenciavam as transformações econômicas e culturais do interior paulista.

Os cursos oferecidos não se apegaram às propostas de formação das elites regionais. Os filhos de industriais e de grandes proprietários rurais eram poucos em relação às demais profissões. Mesmo entre os comerciantes, as atividades estavam circunscritas a bares, pequenos armazéns, padarias, açougues e lojas de tecidos e armarinhos. Os pequenos comerciantes, os colonos e os assalariados visualizavam na instrução a possibilidade de mudança de atividade ou mesmo da permanência na atual posição social.

Numa época em que o discurso oficial acenava para o papel que teria o ensino na formação de trabalhadores para a ordem econômica capitalista,

cada vez mais presente no país, e, numa região em que o trabalho passava a contar como oportunidade de ascensão social, a educação escolar metodista reinterpretava sua proposta pedagógica para se fazer atuante na sociedade. Estar atenta aos apelos dessas camadas significava deixá-las influenciar nas propostas educacionais que os metodistas tinham a oferecer.

Não era, sobretudo, uma educação restrita aos valores culturais defendidos pelo metodismo e às mudanças de mentalidade na sociedade. Os intercâmbios entre escola e sociedade eram mais presentes do que se pode imaginar. Forçaram adaptações às expectativas dos que procuravam a escola, insinuando a necessidade de práticas educacionais múltiplas e diferenciadas.

METHODISM AND EDUCATION: THE FORMATION OF SOCIETY IN RURAL INTERIOR OF SÃO PAULO

ABSTRACT: Educators and methodist educators, following the railway routes that extended the frontiers of the interior of São Paulo, through the first half of the 20th century, organized schools in the surroundings of Methodist churches. The present study points on the students that attended the various courses offered by these churches, aiming at informing about the evangelic methodist participation in the configuration of the social layers that emerged in the urban society of the interior of São Paulo.

KEY WORDS: Methodism, education, society and culture.

FONTES DOCUMENTAIS

ANTUNES, José Ramos. *Município de Lins: levantamento histórico, geográfico e estatístico*. Lins: Câmara Municipal, 1962.

ERCILLA, A. H. de; PINHEIRO, Breno. *Zona Noroeste: propaganda pan-americana*. São Paulo: Almanaque *O Estado de São Paulo*, 1928.

FICHAS DE MATRÍCULAS DOS ALUNOS DO CURSO TÉCNICO EM CONTABILIDADE DO INSTITUTO NOROESTE. Birigüi: Secretaria do Instituto Noroeste de Birigüi, 1957-1959.

JORNAL EXPOSITOR CRISTÃO. São Bernardo do Campo: Arquivo Histórico da Igreja Metodista, 1900-1903.

JORNAL O BIRIGUYENSE. Birigüi: Biblioteca Municipal de Birigüi, 1934.

LIVROS DE MATRÍCULAS DA ESCOLA NORMAL LIVRE DO INSTITUTO AMERICANO DE LINS. Lins: Secretaria do Instituto Americano de Lins, 1944-1950.

LIVROS DE MATRÍCULAS DO CURSO DE CORTA E COSTURA DO INSTITUTO NOROESTE. Birigüi: Secretaria do Instituto Noroeste de Birigüi, 1951-1953.

LIVROS DE MATRÍCULAS DO CURSO DE DATILOGRAFIA DO INSTITUTO NOROESTE. Birigüi: Secretaria do Instituto Noroeste de Birigüi, 1955-1957.

Vasni de Almeida: *Metodismo e educação: a formação do tecido social...*

LIVROS DE MATRÍCULAS DO CURSO GINASIAL DO COLÉGIO METODISTA. Ribeirão Preto: Arquivo do Colégio Metodista de Ribeirão Preto, 1950-1959.

LIVROS DE MATRÍCULAS DO CURSO GINASIAL DO INSTITUTO AMERICANO DE LINS. Lins: Secretaria do Instituto Americano de Lins, 1932-1937.

LIVROS DE MATRÍCULAS DO CURSO NORMAL LIVRE DO INSTITUTO NOROESTE. Birigüi: Secretaria do Instituto Noroeste de Birigüi, 1953-1954.

LIVROS DE MATRÍCULAS DO CURSO PRIMÁRIO DO INSTITUTO AMERICANO DE LINS. Lins: Secretaria do Instituto Americano de Lins, 1934.

LIVROS DE MATRÍCULAS DO CURSO PRIMÁRIO DO INSTITUTO NOROESTE. Birigüi: Secretaria do Instituto Noroeste de Birigüi, 1925-1931.

LIVROS DE MATRÍCULAS DO CURSO PRIMÁRIO NOTURNO DO INSTITUTO AMERICANO DE LINS. Lins: Secretaria do Instituto Americano de Lins, 1947.

LIVROS DE MATRÍCULAS DOS CURSOS JARDIM DA INFÂNCIA E PRIMÁRIO DO COLÉGIO METODISTA. Ribeirão Preto: Arquivo do Colégio Metodista de Ribeirão Preto, 1943-1950.

LIVROS DE MATRÍCULAS GERAIS DA ACADEMIA SUPERIOR DE COMÉRCIO DO INSTITUTO AMERICANO DE LINS. Lins: Secretaria do Instituto Americano de Lins, 1932.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. *A transmissão da cultura*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

_____. *A educação e seus problemas*. São Paulo: Melhoramentos, [s.d.].

BARRETO CÉSAR, E. E. *A prática pedagógica de Jesus: fundamentos de uma filosofia educacional*. Piracicaba: Editora Agentes da Missão, 1991.

_____. Confessionalidade – uma questão docente. *Revista do Cogeime*, Piracicaba, ano 2, n. 2, 1993.

_____. Educação e confessionalidade. *Revista do Cogeime*, Piracicaba, ano 6, n. 11, 1997.

BOAVENTURA, Elias. *Educação metodista no Brasil: origem, evolução, ideologia*. 1978. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1978.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BUYERS, Paul Eugene. *História do metodismo*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1945.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de (Org.). *Católicos, protestantes, espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

GILIOLI, Adolfo Lemes. *Academias e discursos acadêmicos*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

MALUSÁ, L. H. Stipp. *Os paradoxos de uma proposta pedagógica progressista: dualidades, ambigüidades, contradições: o caso do Colégio Piracicabano*. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1994.

MATTOS, Paulo Ayres. Confessionalidade, educação e escola: um enfoque histórico. *Revista do Cogeime*, Piracicaba, ano 1, n. 1, 1992.

_____. *Mais de um século de educação metodista*. Piracicaba: Cogeime, 2000.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa de. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paulinas, 1984.

_____. Educação, confessionalidade e ecumenicidade: a questão da fé e cultura. *Revista do Cogeime*, Piracicaba, ano 4, n. 7, 1995.

_____. *Protestantes, pentecostais e ecumênicos: o campo religioso e seus personagens*. São Bernardo do Campo: Umesp, 1997.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa de; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.

MENEGHETTI, Rosa Gitana Krob. A proposta educacional metodista no Brasil. *Revista Comunicações*, Piracicaba, ano 5, n. 2, 1998.

MESQUIDA, Peri. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso*. Juiz de Fora: EdUFJF; São Bernardo do Campo: Editeo, 1994.

_____. Metodismo e educação no Brasil: formar elites e civilizar a nação. *Revista do Cogeime*, Piracicaba, ano 2, n. 2, p. 29-50, 1993.

MESQUITA, Zuleica de Castro Coimbra. A proposta educacional metodista no Brasil: fase de implantação – 1876-1914. *Revista do Cogeime*, Piracicaba, ano 4, n. 6, 1995.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOVAES NETTO, Arsênio Firmino. *As crises de um ideal: os primórdios do Instituto Granbery – 1889-1992*. Piracicaba: Editora da Unimep, 1997.

NUNES, Clarice. História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. *Revista Teoria e Educação*, n. 6, 1992.

RAMALHO, Jether Pereira. *Prática educativa e sociedade: um estudo de sociologia da educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.